

[ARQUIVO EM CARTAZ 2019]
FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE ARQUIVO

mulheres

d e C I N E M A



mulheres

d e C I N E M A

Copyright © 2019 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
20211-350 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefones: (55 21) 2179-1253

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Justiça e Segurança Pública
Sergio Fernando Moro

Diretora-geral do Arquivo Nacional
Neide Alves Dias De Sordi



Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental
Leticia dos Santos Grativol (substituta)

Coordenador-geral de Administração
Leandro Esteves de Freitas

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos
Larissa Candida Costa

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo
Aluf Alba Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal
Mariana Rodrigues Carrijo

Coordenador de Documentos Audiovisuais e Cartográficos
Antonio Laurindo

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo
Leticia dos Santos Grativol

Coordenadora de Preservação do Acervo
Mariana Barros Meirelles (substituta)

Realização
Arquivo Nacional

Grupo de Trabalho Arquivo em Cartaz

Aline Camargo Torres (coordenação das oficinas técnicas)

Ana Carolina Reyes (coordenação-executiva)

Carla Machado Lopes (coordenação da mostra competitiva)

Carlos Eduardo Marconi de Carvalho (coordenação da oficina de criação de filmes Lanterna Mágica)

Cláudia Negreiros Tebyriça (coordenação das oficinas técnicas)

Januária Teive de Oliveira (coordenação da oficina de criação de filmes Lanterna Mágica)

Luciene de Almeida Simonini (coordenação das mostras Arquivo Faz Escola e Arquivos do Amanhã)

Maria Elisa da Cunha Bustamante (coordenação da mostra competitiva)

Maria Elizabeth Brea Monteiro (coordenação de debates e mesas-redondas)

Mariana Monteiro da Silveira (curadoria)

Mauro Domingues (coordenação de debates e mesas-redondas)

Sylvana Cotrim Lobo (coordenação-executiva)

Valéria Maria Morse Alves (coordenação das mostras Arquivo Faz Escola e Arquivos do Amanhã)

Viviane Gouvêa (curadoria)

REVISTA ARQUIVO EM CARTAZ

Edição

Antonio Laurindo

Rafael Medeiros Santos

Revisão

José Claudio Mattar

Mariana Simões

Pesquisa de imagens

Antonio Laurindo

Projeto gráfico e diagramação

Alzira Reis

Arte da capa

Simone Kimura

Imagem da capa: <https://www.freeimages.com/francescomaglione>

“Cinema em cores – diversidade na tela”

Um projeto e dois relatos

Fabio A. G. Oliveira

Professor de Filosofia da Educação no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva e do Laboratório de Ética Ambiental e Animal da UFF. Membro do Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Degenera/Uerj)

Jacqueline Ribeiro Cabral

Professora dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia & Documentação, da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do grupo de pesquisa Informação, Memória, Documento da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Degenera/(Uerj)

Os primeiros passos, por Fabio Oliveira

Cinema em cores teve sua edição inaugural no primeiro semestre de 2017. Na ocasião, realizei um levantamento sobre iniciativas voltadas para as questões LGBTQI+ – sigla que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero – no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, da Universidade Federal Fluminense (Infes/UFF), localizado na cidade de Santo Antônio de Pádua. Absolutamente nenhuma atividade congênera foi encontrada. Alguns eventos voltados para a temática da inclusão social e direitos humanos sinalizavam, entretanto, a tentativa isolada de alguns professores de sensibilizar a comunidade acadêmica e não acadêmica para o debate a respeito dos direitos fundamentais. A causa LGBTQI+, no entanto, parecia habitar um território invisível no âmbito das discussões sobre direitos humanos, embora a

demanda pulsasse nos espaços do instituto e no município de Pádua.

Quanto ao termo LGBTQI+, a letra Q corresponde a *queer*, termo oriundo do inglês usado para designar pessoas que não seguem nem o padrão heterocentrado nem o binarismo de gênero. É comumente relacionado a quem não se reconhece nas formas usuais de identidade de gênero e orientação sexual, mas também serve para representar gays, lésbicas, bissexuais ou pessoas transgêneras. Literalmente, *queer* significa estranho, esquisito ou ridículo, e foi por muito tempo considerado um termo ofensivo aos homossexuais. Atualmente, tem sido adotado por parte da comunidade LGBTQI+ com a intenção de ressignificá-lo de maneira positiva. Entretanto, é preciso salientar que *queer* não é necessariamente sinônimo de gay, lésbica ou bissexual, no sentido de fazer parte de uma normatização, ainda que desviante



QUERO
FALAR

do padrão hegemônico. Herdeira da tradição epistemológica feminista, a chamada teoria (ou estudos) *queer* tem reafirmado que todas essas representações resultam de complexas construções sociais e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana, e sim formas variadas de desempenhar esses papéis. Dentro dessa lógica, o *queer* – ou *kuir*, como às vezes tem sido usado em textos de língua espanhola e portuguesa – não pretende sair da condição de “marginal”, e sim desfrutar dela.

Na tentativa de compreender os significados epistemológicos desse silêncio no que se refere a iniciativas voltadas para as questões LGBTQI+, durante todo o ano de 2016, busquei perceber os entraves sociais, culturais e políticos que pareciam colaborar com a produção da ausência de temáticas voltadas para as identidades e experiências cisheterodiscordantes naquela região fluminense. O sufixo cis- nas palavras cissexual e cisgênero designa pessoas cujo gênero é o mesmo que o assinalado no nascimento, indicando uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico do indivíduo, além do comportamento considerado socialmente aceito para tal. Por derivação, cissexismo ou cisheteronormatividade é a desconsideração da existência de pessoas transexuais e transgêneras (trans, de forma abreviada) na sociedade, é a negação de suas necessidades específicas, como a proibição de acesso aos banheiros públicos, a exigência de legitimação do discurso médico para que existam, a negação de

status jurídico que impossibilita a vida civil e social em documentos oficiais, isto é, um conjunto de ações discriminatórias que estabelecem que as pessoas trans são inferiores às cis de maneira institucional e/ou individual. Dessa forma, a noção de cissexismo ou cisheteronorma é usada para descrever situações em que orientações sexuais diferentes da heterossexual são ignoradas, marginalizadas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas, a partir da ideia de que só existem duas categorias distintas e complementares (homem/macho e mulher/fêmea) e que relações sexuais e maritais consideradas normais se dão entre pessoas de sexos diferentes, cada uma com determinadas funções “naturais”. Assim, sexo físico, identidade e papel social de gênero deveriam enquadrar todas as pessoas dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, sendo a heterossexualidade considerada como a única orientação sexual normal. Os críticos da cisheteronormatividade afirmam que ela estigmatiza comportamentos, práticas e subjetividades desviantes, dificultando vários tipos de autoexpressão e minando o direito das pessoas a se identificarem com o gênero que quiserem, inclusive nenhum. Portanto, o termo cisheterodiscordante está em consonância com a sigla LGBTQI+.

Para começar a refletir sobre esse cenário, me pareceu fundamental perseguir os passos metodológicos de autores e autoras que já habitavam o currículo das disciplinas por mim ministradas na UFF de Pádua, como o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, bell

hooks e a crítica de arte estadunidense Susan Sontag. Nascida em 1952 nos Estados Unidos, Gloria Jean Watkins, mais conhecida como bell hooks,¹ é uma filósofa, professora universitária, ativista social, teórica feminista e artista, cuja obra é influenciada pela pedagogia crítica de Paulo Freire e versa, principalmente, sobre interseccionalidade de classe, gênero e raça.

Logo na sequência desse primeiro momento, apresentei a pesquisa *Arte & filosofia: a empatia como instrumento de educação moral*, concebida para investigar as teses dos primeiros dois autores mencionados diante do potencial empático do uso de imagens, apresentado pela terceira.² Tais estudos evidenciaram a necessidade de uma experiência que pudesse dar corpo às discussões que apareciam nos encontros de estudos relativos ao projeto. Com a finalidade de vislumbrar ferramentas que valorizassem os saberes locais e, em especial, as experiências cisheterodiscordantes da região do noroeste fluminense, propus o eixo temático “Gênero e sexualidade no campo” para o tempo-comunidade do curso interdisciplinar da educação do campo. Com o objetivo de formar professores capacitados em ciências sociais e hu-

manidades para atuar em escolas da área rural, esse curso opera a partir da pedagogia da alternância. Esse sistema divide a grade curricular em tempo-universidade, período curricular em que o aluno, em sala de aula, compartilha conhecimentos a partir das disciplinas oferecidas pelo corpo docente; e tempo-comunidade, em que os estudantes compartilham conhecimentos, desenvolvem projetos e pesquisas associadas às disciplinas dentro de sua própria comunidade, compõe o saber do campo, fazendo do curso de licenciatura interdisciplinar em educação do campo uma experiência bastante particular e inovadora sobre o papel da universidade e, mais especialmente, sobre os modos de produção de epistemologias do Sul e sociologias das ausências.

Essas experiências combinadas, ainda no segundo semestre de 2016, permitiram analisar não somente o roteiro de consolidação do sistema sexo-gênero-sexualidade, mas como a cisheteronormatividade, aliada ao projeto sexista contra as mulheres e ao racismo ambiental, se estruturou nas bases da lógica da colonização do outro, produzindo diferentes formas e níveis de ausências e ocultamentos. O sexismo,

1 Seu pseudônimo foi inspirado na bisavó materna, Bell Blair Hooks, e a grafia em minúsculas está de acordo com a proposta da escritora em desafiar as convenções linguísticas e acadêmicas, no intuito de dar relevo ao conteúdo dos textos e não à sua pessoa.

2 O projeto *Arte & filosofia* foi contemplado pelo edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) para o ensino médio em 2016-2017 e 2017-2018. A estudante bolsista Tainá Couto, atualmente graduanda do curso de biologia do Infes/UFF, participou ativamente de todos os encontros do *Cinema em cores – diversidade na tela*. Posteriormente, a proposta foi agraciada no Programa de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFF.

classismo, racismo, eurocentrismo, capacitismo – discriminação ou violência praticada contra as pessoas com deficiência, atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e habilidade funcional –, entre tantos outros modos de violência que consolidam a normatização dos corpos e a colonização das subjetividades e desejos, se materializavam de forma bastante peculiar fora dos grandes centros urbanos. Essa singularidade exigia, igualmente, uma forma distinta de abordar os temas, sob o risco de se tornar um debate inacessível e, com isso, sem sentido.

Diante de tal contexto, busquei acionar os conceitos de epistemologias do Sul e de sociologia das ausências apresentados por Boaventura de Sousa Santos, e a proposta de transgressão concebida por bell hooks, como forma não somente de pluralizar a produção de conhecimento sobre o tema da diversidade de gênero e sexualidade, mas também para apontar a necessidade e urgência da inserção dessas novas vozes e discursos estrangulados pela cishetossexualidade enquanto destino, norma reguladora e vigilante. Afinal, em cidades com poucos habitantes, a vigilância é, de fato, um dispositivo de controle. Ser LGBTQI+ no interior parecia, por isso mesmo, exigir uma reflexão complementar àquela proposta pe-

los centros urbanos, um entendimento marcado pelas coreografias sociais daquele espaço-tempo. A proposta de pensar a dor do outro, tal qual desenvolvida por Susan Sontag, direcionou de forma substancial o debate. Passamos a discutir como as imagens poderiam captar e produzir emoções e qual o papel dessas emoções para o debate ético-político.

Em decorrência de todo esse debate e reflexão, nasceu o projeto *Cinema em cores – diversidade na tela*, com o propósito de fazer emergir experiências e vivências sobre os afetos LGBTQI+, a partir do uso do audiovisual como ferramenta de produção de empatia.³ O projeto foi cadastrado em março de 2017 no edital de fluxo contínuo da Pró-Reitoria de Extensão da UFF por meio da plataforma do Sistema de Informação e Gestão de Projetos do Ministério da Educação, e estudantes de diferentes cursos do Infes se juntam para compor a comissão organizadora da proposta.



³ O logotipo do projeto, apresentado acima, foi idealizado, criado e cedido pelo artista e analista de sistemas Denis Duarte.

O *Cinema em cores* nasceu, portanto, com o intuito não somente de ampliar o universo de interlocução acerca do debate sobre gênero e sexualidade, defendendo a necessidade e urgência de se refletir acerca de tais temas para além dos grandes centros urbanos, mas de sensibilizar a comunidade local e regional para a realidade e vida das pessoas LGBTQI⁺. Para isso, criou-se uma agenda de programação mensal com exibição de filmes que abordassem algumas das identidades e vivências da população LGBTQI⁺. Os filmes selecionados foram o resultado de um diálogo estreito com as convidadas e os convidados palestrantes, suas áreas de pesquisa e a narrativa oferecida pelos filmes, em combinação com a disponibilidade destes para exibição. Foram escolhidos aqueles que propiciassem debates aprofundados não somente sobre as personagens e histórias narradas, mas que produzissem reflexões sobre o cotidiano de LGBTQI⁺ na região. Foram exibidos os filmes *Na sua companhia*, dirigido por Marcelo Caetano, acompanhado de palestra do professor Thiago Raniery, da UFRJ, em 18 de abril; *Pariah*, de Dee Rees, com a professora Suane Soares, da UFRJ, em 16 de maio; e *A revolta de Stonewall*,⁴

de Kate Davis e David Heilbroner, com a professora Jacqueline Cabral, da UFF, em 20 de junho.⁵ Além do cronograma de exibição dos filmes, tivemos a oportunidade de contar com uma oficina e uma intervenção artística conduzidas pela professora de dança Thais de Menezes, intitulada Afetar, nos dias 19 e 20 de junho de 2017.⁶

As razões de ser do projeto

De acordo com relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2016, o Brasil ainda ocupa lugar de destaque no ranking de países que mais matam pessoas LGBTQI⁺ no mundo, ao mesmo tempo em que é considerado um dos destinos mais apreciados para turistas LGBTQI⁺. Tal conjuntura demonstra uma aparente contradição, levantando questões que permanecem em aberto. Fato é que crimes de ódio motivados por homofobia, lesbofobia, transfobia e tantas outras formas de discriminação contra pessoas cisheterodiscordantes continuam a estampar os noticiários do país todos os dias e merecem ser encarados como um problema que nos convoca à reflexão e à ação.

Diante desse quadro, a proposta apresentada pelo *Cinema em cores*

4 A escolha desse documentário para encerrar o ciclo de exibição de filmes, palestras e debates visou à rememoração das rebeliões de Stonewall, que naquele período completavam 48 anos.

5 Originalmente, a exibição do documentário, seguido da palestra ministrada por Jacqueline Cabral, ocorreria no dia 13 de junho. Entretanto, devido ao feriado do padroeiro do município de Pádua, o encontro foi adiado para a semana seguinte.

6 Originalmente, a oficina e a intervenção conduzidas por Thais de Menezes ocorreriam, respectivamente, nos dias 12 e 13 de junho, mas, também por causa do feriado, foram adiadas para a semana seguinte.

buscou refletir sobre como a LGBTIfobia – que pode ser definida como medo, aversão ou ódio irracional a pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo aquelas que não são LGBTI+, mas que sejam percebidas dessa forma – se apresenta fora do eixo das grandes cidades do Brasil. Considerando que a marginalização e estigmatização de pessoas cisheterodiscordantes é um fato em muitos lugares do mundo, ampliar essa percepção dos tipos diferenciados de violências simbólicas e físicas produzidas no interior pareceu ser elemento fundamental para o estabelecimento de pontes teóricas e práticas entre o que vem sendo produzido sobre a temática, nacional e internacionalmente. Além, evidentemente, de o Infes ser um *campus* voltado, majoritariamente, para licenciaturas. Afinal, qual o papel das futuras educadoras e educadores no combate à LGBTIfobia?

Nesse sentido, as atividades do projeto apostaram em uma forma de sensibilização social por meio da visibilidade de temas pouco explorados junto ao instituto, à cidade e à região fluminense. Utilizando o recurso audiovisual como dispositivo de reflexão para a sensibilidade, nossa intenção foi combater os estereótipos de gênero e sexualidade, causas da marginalização, subalternização e até mesmo morte de pessoas LGBTIQ+ no Brasil e mundo afora.

Refletir sobre o papel que as universidades devem assumir diante de uma sociedade que produz e reproduz desigualdades com base em preconceitos é

fundamental para que possamos atuar e transformar esse cenário. Frente a essa conjuntura, observou-se a necessidade de um trabalho de caráter extensionista que visava ampliar o debate para a comunidade acadêmica e não acadêmica.

Diante do panorama com o qual nos deparamos, as motivações do projeto *Cinema em cores – diversidade na tela* foram, principalmente, apresentar filmes que abordassem a história do movimento LGBTIQ+ e suas principais conquistas; fomentar análises e debates após a exibição de filmes com palestrantes convidados; refletir sobre estratégias de emancipação da população LGBTIQ+; e, por fim, proporcionar encontros que visassem à sensibilização para criação de espaços livres de preconceito e discriminação contra pessoas LGBTIQ+.

Ingresso para a última sessão, por Jacqueline Cabral

Meu colega de UFF e Degenera/Uerj mencionou os porquês que o levaram a desenvolver a proposta de trabalho do *Cinema em cores*, deixando bastante explícito o que vem a ser o projeto, como ele foi desenvolvido, as reflexões e atividades decorrentes de seu encaminhamento, enfim, tudo o que envolve iniciativas de pesquisa e extensão como essa, que precisam de planejamento, comprometimento com e das pessoas envolvidas, retorno sobre o que foi realizado e assim por diante. Particularmente, foi com enorme apreço e entusiasmo que recebi e aceitei o

convite para participar da programação, garantindo o meu ingresso para a última sessão do projeto em sua edição de 2017, na qual foi exibido o filme *A revolta de Stonewall* (2014), dirigido por Kate Davis e David Heilbroner.

Antes de mais nada, preciso situar que trabalho em Niterói, na sede da instituição da qual faço parte junto com o professor Fabio Oliveira, dando aula nos cursos de arquivologia e biblioteconomia, duas áreas voltadas para o gerenciamento e o tratamento da informação registrada em qualquer formato/suporte, ou seja, ciências sociais que podem ser aplicadas em arquivos, bibliotecas, centros de documentação, redes, repositórios digitais, sistemas e demais serviços e unidades de informação. Outro fato que de alguma forma nos aproxima é que, tanto na formação dele em filosofia quanto na minha em história e arquivologia, nossos objetos de pesquisa, referências primordiais das nossas subjetividades, são frequentemente deslegitimados, permanecendo fora dos cânones do que se costuma ensinar e aprender no meio acadêmico.

Ao focar as questões que separam as experiências e vivências cisheterodiscordantes no campo e nos grandes centros urbanos, lembro que o filósofo e historiador francês Didier Eribon, em sua obra *Reflexões sobre a questão gay*, afirma que a cidade grande e suas redes de sociabilidade se mostrariam mais acolhedoras do que os pequenos povoados e vilarejos onde parte da população LGBTQI+ foi criada e passou sua infância e adolescência. Nesse

sentido, a metrópole seria como que o lugar de refúgio, onde se poderia escapar à impossibilidade de viver vidas gays, lésbicas e trans na atmosfera talvez mais hostil das cidades com menos habitantes. Para defender seu ponto de vista, o autor menciona que o assédio moral direto e indireto, presente de forma permanente na vida de tais pessoas – pelas constantes injúrias, gozações e agressões de que são alvos, com consequências psicológicas funestas –, na verdade é um assédio social, fazendo com que um dos princípios estruturantes das subjetividades LGBTQI+ consista em procurar meios de fugir de toda essa violência, muitas vezes pela dissimulação de si mesmo ou pela migração para lugares supostamente mais tolerantes, como seria o caso das metrópoles.

Assim, o projeto *Cinema em cores* foi pioneiro ao dar visibilidade às pautas de gênero e sexualidade na cidade de Pádua, ainda mais em uma conjuntura sociopolítica cada vez mais retrógrada não só no Brasil, mas no cenário mundial. De qualquer forma, o problema é que LGBTQI+ também não estão a salvo de violências físicas e simbólicas nas grandes cidades: Niterói não é exatamente o lugar mais acolhedor do mundo para pessoas cisheterodiscordantes ou inteiramente receptiva para os estudos de gênero e sexualidade.

Apenas para lembrar duas situações mais ou menos recentes ocorridas na sede da UFF, a aluna do curso de biblioteconomia, Rafaella Lira Soares, uma das entrevistadas e protagonistas do filme *Favela gay* (2014), narra

o complicado processo que foi ter seu nome social aceito na universidade, disputa da qual foi pioneira e saiu vitoriosa em 2013, abrindo as portas para que outras pessoas trans tivessem o direito de existir e resistir em um espaço que também é delas por direito. O nome social é aquele escolhido por travestis e transexuais de acordo com o gênero com que se identificam, independentemente do nome que consta no registro de nascimento, e é de suma importância respeitá-lo, evitando dar publicidade ao nome de registro, o que pode gerar constrangimento e humilhação.⁷ No caso específico da arquivologia, não é incomum encontrar resistências em levar adiante estudos ligados a questões sobre direitos humanos, gênero e raça/etnia, memória coletiva, movimentos sociais etc., cujas propostas são sempre desconsideradas devido à suposta falta de aderência desses temas ao campo informacional, precisando ser reapresentadas aos comitês avaliadores de outras áreas do conhecimento para, só então, ganharem a devida materialidade.

Por essas e outras razões, ter participado de um pedacinho do projeto *Cinema em cores – diversidade na tela* foi, do meu ponto de vista, mais uma oportunidade de dialogar com a minha própria pesquisa sobre levantamento de fontes de informação cisheterodiscordantes nos arquivos públicos, que bus-

ca evidenciar a importância do acesso à informação para garantia de direitos humanos e do direito à memória.

Ao retornar de Pádua para Niterói após aquele momento de exibição do documentário *A revolta de Stonewall* seguida de conversa com a plateia, composta de alunas e alunos ávidos em debater questões tão pouco exploradas em nossos cursos, mas que nos tocam tão diretamente no cotidiano intra e extramuros da academia, pude renovar o sentido do perceptível aumento da demanda por orientações de trabalhos, em todos os níveis de formação, acerca das relações entre os arquivos, seus documentos e os atravessamentos do campo arquivístico/informacional para a legitimação das pautas e reivindicações de atrizes e atores que buscam (re)construir suas memórias e identidades. Afinal, aquele filme sobre o episódio de Stonewall, que agora completa cinco décadas, é exatamente um grande apanhado, um levantamento bem editado e produzido que combina fontes arquivísticas fotográficas e audiovisuais – documentos raros que registram um evento e uma época – com o relato vivo de testemunhas oculares da história.

Quase finalizando este artigo, recebi o seguinte informe: a UFF acabara de lançar um edital de apoio a projetos de extensão no Programa Direitos Humanos e Diversidade, que tem como um

7 O nome social pode ser usado, por exemplo, em atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), para inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em cartões de contas bancárias, instrumentos de pagamento, canais de relacionamento, correspondências de instituições financeiras etc.

dos objetivos fortalecer ações institucionais de respeito aos direitos humanos e de enfrentamento à violência contra a mulher, ao sexismo, à LGBTfobia, à intolerância religiosa e ao racismo. Então, apesar da resistência de muitos colegas do campo informacional, a universidade apoia empreitadas desse tipo e, cada vez mais, o corpo discente também tem buscado refletir não só acerca de questões de gênero e sexualidade, mas também sobre os problemas sociais mais prementes da contemporaneidade, buscando organizar eventos acadêmicos que ultrapassem os assuntos técnicos dos arquivos e da arquivologia, das bibliotecas e da biblioteconomia.

Sem açúcar, com afeto: o protagonismo feminino em Stonewall

Este título é uma referência óbvia a duas músicas de Chico Buarque. Isto porque recorro ao meu envolvimento com o projeto *Cinema em cores* a partir de duas chaves, de duas sensações bastante distintas: de um lado, “sem açúcar” refere-se ao meu sentimento de indignação quanto à injustiça contra as protagonistas dos primeiros momentos do episódio de Stonewall, que demoraram muito a ser reconhecidas. Isso faz com que aquela história tenha um ar ainda mais amargo, não obstante a relevância dos acontecimentos que tiveram início na madrugada de 28 de junho de 1969.

Não cabe aqui buscar os antecedentes do movimento LGBTQI+ e a existência de toda uma cultura de resistência bem anterior às rebeliões de Stonewall, conjunto de conflitos com a polícia de Nova Iorque que começaram no bar Stonewall Inn, prolongando-se por vários dias. De qualquer forma, Stonewall é um marco porque, naquela data, um grande número de LGBTQI+ se uniram contra os maus tratos à comunidade, embora as chamadas Paradas do Orgulho que passaram a comemorar o episódio já no ano seguinte não tenham dado, inicialmente, a devida importância às mulheres lésbicas e às mulheres trans latinas e negras que estavam no pelotão de frente da luta naqueles dias, tendo sido as primeiras que confrontaram a brutalidade policial e foram presas. Na época havia uma lei determinando que era preciso vestir pelo menos duas peças de roupa correspondentes ao sexo biológico de nascimento e, conseqüentemente, à leitura social da performance de gênero que o sujeito em questão representava. Já que a determinação acerca de quem se vestia de maneira adequada necessariamente passava pelos agentes da lei encarnados em policiais e juizes, pode-se vislumbrar que quem mais sofria com suas investidas opressoras e violentas eram as pessoas mais fora da norma na comunidade LGBTQI+, o gueto do gueto, representado pelas trans, por lésbicas “masculinizadas” e gays “efeminados”.⁸

8 O quadrinista trans Mike Funk produziu uma história ilustrada de Stonewall. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/mkfunk/sets/72157634381061896/>.

Enfim, Stonewall certamente tem seu espaço como “lugar de memória” – para usar uma expressão do pensador francês Pierre Nora – na historiografia LGBTQI+, mas é lamentável que por trás da história das minorias se encobrem atitudes de misoginia, racismo e transfobia, assim como é triste constatar que certo moralismo interessado em tornar a homossexualidade algo respeitável se incomode tanto com as paradas atuais, qualificando-as de despolitizadas, quando na verdade a demonstração pública de corpos e afetos fora da norma cisheterossexista é um ato político por si só. Tudo isso corrobora uma atitude higienizadora da história de Stonewall, ignorando o protagonismo feminino de Stormé DeLarverie, mulher cis lésbica, cantora, mestre de cerimônias e segurança, conhecida como a “guardiã das sapas” nas ruas de Greenwich Village, *point* LGBTQI+ nova-iorquino nos anos 1960, e quem desferiu o primeiro soco em um policial durante a batida que deu início às rebeliões de Stonewall; Marsha P. Johnson, mulher trans negra, uma das *drag queens*⁹ mais populares de Nova Iorque, que partiu para a briga em apoio a Stormé e fundou o Street Transvestite Action Revolutionaries (Star) junto com sua amiga Sylvia Rivera, grupo ativista dedicado a levar alimentos e roupas para jovens trans, travestis e outros adolescentes sem-teto; Sylvia Rivera, mulher trans bissexual latino-americana, cofundadora do Star e de outras organizações ativistas, como a Gay Liberation Front e a Gay Activists Alliance, estava junto à multidão que assistia da calçada à batida policial ao bar Stonewall Inn e atirou a primeira (ou a segunda?) garrafa de coquetel molotov contra a polícia; e Misse Major Griffin-Gracy, mulher trans negra, diretora executiva do Transgender GenderVariant Intersex Justice Project, grupo dedicado a auxiliar pessoas trans encarceradas, que exerceu papel de liderança nos embates de Stonewall, foi presa e teve a mandíbula fraturada por um policial no período em que esteve sob a custódia do Estado – todas, portanto, pioneiras dos motins –, e também a importante iniciativa de Brenda Howard em criar a Parada do Orgulho. Mulher cis bissexual, conhecida como a “Mãe da Parada do Orgulho”, foi dela que partiu a ideia da primeira passeata logo após os confrontos com a polícia. Apesar de ter idealizado esse evento que hoje é o auge das ações afirmativas para a comunidade LGBTQI+ – talvez o único movimento social da atualidade que consiga levar milhões de pessoas às ruas –, pode-se dizer que por muito tempo as paradas também refletiram a dominação de homens cisgêneros gays brancos dentro do movimento, silenciando e invisibilizando a participação e o protagonismo de mulheres cis bissexuais e lésbicas, e de pessoas trans.

9 *Drag queen* ou transformista é o homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos, sempre focalizando o humor e o exagero.

No Brasil dos anos 1970-1980, as diligências policiais contra bares e outros locais frequentados por LGBTQI+ também eram costumeiras. Dois protestos contra esse cenário de marginalização marcaram as origens desse movimento social no país, ambos ocorridos em São Paulo: a passeata contra o delegado José Wilson Richetti – comandante da chamada Operação Limpeza e Rondão, que aterrorizava prostitutas, travestis, homossexuais, negros e desempregados no Centro de São Paulo –, em 13 de junho de 1980, e o levante do Ferro’s Bar, em 19 de agosto de 1983, que em referência à revolta de Stonewall ficou conhecido como Dia do Orgulho Lésbico. No limiar da organização política homossexual do Brasil, as ativistas do Grupo Ação Lésbica Feminista (Galf) tentaram distribuir um panfleto no Ferro’s Bar, amplamente frequentado por mulheres, tendo sido proibidas pelo dono que, ao mesmo tempo, fechava os olhos para a venda de drogas ilícitas no estabelecimento. Apoiadas por outros coletivos feministas, LGBTQI+ e até algumas figuras políticas, as mulheres do Galf leram o manifesto contra a repressão e ocuparam o local. No Rio de Janeiro, havia intensa repressão aos bailes de travestis, também conhecidos como Bailes das Bonecas. Nesse sentido, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) confirmou que passamos por uma política de Estado homolesebitransfóbica, na qual pessoas LGBTQI+ foram terrivelmente reprimidas, sendo as trans e travestis as mais atingidas, as que mais eram presas e torturadas, além de constituírem alvo de práticas

de extermínio semelhantes às chacinas contra a população em situação de rua.

Por fim, o lado “com açúcar” que eu gostaria de salientar tem a ver com o momento posterior ao encerramento do documentário e da palestra que proferi para fechar esse ciclo do *Cinema em cores – diversidade na tela*. A intervenção Afetar, promovida por Thais de Menezes, foi algo que certamente comoveu todas as pessoas presentes naquele dia. Do meu ponto de vista, da parte de quem nada entende de dança contemporânea, minha percepção foi que a artista nos conduziu da dor que tanto tem solapado as vidas de LGBTQI+ à esperança de continuar nossas conquistas não só pelos direitos civis, mas pelos direitos fundamentais como um todo.

Sim, ainda há muito o que enfrentar: são cinco os países que instituem pena de morte (por apedrejamento, enforcamento ou fuzilamento) e 76 os que condenam à reclusão de 14 anos até prisão perpétua, banimento e castigos corporais os que transgridem a ordem cisheterocentrada. Portanto, mesmo diante das condições adversas que hoje se apresentam, não temos outra escolha senão proclamar que temos o direito de existir seja aqui ou alhures!

Balanco final

Gênero e sexualidade é um tema que tem ocupado a agenda de diversos campos do saber. Na última década presenciemos a criação de inúmeros laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa sobre esses temas nas universidades.

É possível afirmar que tal transformação se deu por pressão dos movimentos sociais que vêm se consolidando há pelo menos trinta anos. A universidade não pode se esquivar de tais urgências sociais, culturais e epistemológicas.

Apesar dessa abertura, motivo evidente de celebração para todas e todos nós, alguns elementos precisam continuar sendo problematizados na produção de conhecimento que se dá nos espaços acadêmicos. No interior, algumas lacunas a serem superadas tornam-se ainda mais evidentes. O enfoque dado ao discurso eurocentrado, marcado por uma epistemologia colonizadora, que com o advento da globalização se torna eminentemente urbana e liberal, ao mesmo tempo que

contempla demandas até então ocultadas na história canônica das ciências humanas e sociais – aqui nos referimos aos gêneros e sexualidades dissidentes –, evidencia um abismo epistemológico a ser superado.

Diante desse quadro, somos corpos, vozes e localidades ausentes da produção de conhecimento vigente. Assim, percebemos a necessidade de habitar espaços para que histórias pudessem ser lembradas, recapituladas e narradas. E foi a partir do lugar ocupado pelos corpos cisheterodiscordantes residentes do interior do Rio de Janeiro e, em especial, do noroeste fluminense, que o projeto *Cinema em cores – diversidade na tela* procurou construir e compartilhar reflexões.

REFERÊNCIAS

- ASSASSINATO de LGBT no Brasil: relatório 2016. Salvador: GGB, 2017.
- ASSIS, M. S. J. *Diversidade sexual e inclusão social*. Franca (SP): Lemos & Cruz, 2011.
- BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica, 2011.
- CABRAL, J. R. *Acervos iridescentes: representações e sentidos da diversidade sexual e de gênero nos arquivos públicos do Rio de Janeiro*. 2015. 114 f. Relatório final de atividades PNPd/Capes (Pós-Doutorado em Sociologia) – IUPERJ/Ucam, Rio de Janeiro, 2015.
- ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008.
- FERRAZ, C. V. *Direito à diversidade*. São Paulo: Atlas, 2015.
- FUNK, Mike. *Stonewall 1969*. 2013. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/mkfunk/sets/72157634381061896/>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- GREEN, J.; QUINALHA, R. (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2018.
- GREEN, J.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- LORTON, F. *A sociedade dos afetos*. Campinas (SP): Papius, 2013.
- KRZANARIC, R. *O poder da empatia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NERY, J. W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.
- REIS, T. (org.) *Manual de comunicação LGBTI**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Alameda, 2009.
- SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- STEFFEN, L. *O cinema que ousa dizer seu nome*. São Paulo: Giostri, 2016.

